

ATA N.º 02/2026

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL CELEBRADA

EM 21 DE JANEIRO DE 2026

No dia 21 de janeiro de 2026, no edifício dos Paços do Concelho, pelas catorze horas, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes os seguintes membros:

- **Partido Socialista (PS):** Sr. Presidente, José Manuel Paulo Trincão Marques, Srs. Vereadores, Elvira Maria Machado da Cruz Sequeira e Francisco Fernandes Dinis;
- **Coligação AD - Tempo de Avançar! (PPD/PSD - CDS/PP):** Srs. Vereadores, Tiago Ribeiro de Carvalho Ferreira, Maria Emília Sénica Pereira de Leão e António Pedro Santos de Abreu;
- **CHEGA:** Sr. Vereador, José Fernando Cardoso Carola.

O Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião para a qual foi estabelecida a seguinte Ordem do Dia: -----

ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA

| DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

1. Proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2026
2. Documentos previsionais para o ano de 2026 - Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2026

Foi presente uma proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2026, conforme documentação anexa (Anexo 1).

Após análise, a Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos favoráveis (Sr. Presidente, Srs. Vereadores Elvira Sequeira, Francisco Dinis e José Carola) e três votos contra (Srs. Vereadores Tiago Ferreira, Maria de Leão e António de Abreu), aprovar a proposta apresentada e remeter a mesma à Assembleia Municipal, para apreciação e eventual aprovação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

2. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2026 - ORÇAMENTO MUNICIPAL **E GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

Foram presentes, para apreciação e eventual aprovação, os documentos previsionais do município para o ano de 2026 - Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano (Anexo 2).

Após análise, a Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos favoráveis (Sr. Presidente, Srs. Vereadores Elvira Sequeira, Francisco Dinis e José Carola) e três votos contra (Srs. Vereadores Tiago Ferreira, Maria de Leão e António de Abreu), aprovar o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2026 e submeter os mesmos à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.

O Sr. Presidente apresentou a seguinte declaração de voto:

“A realidade atual do concelho de Torres Novas coloca um conjunto de desafios que servem de base à apresentação das Grandes Opções do Plano para o período 2026/2029.

O concelho atravessa uma fase decisiva do seu percurso, situada entre um passado marcado por uma identidade histórica forte e um futuro promissor que ambicionamos construir. Conscientes das exigências demográficas, económicas e sociais que se colocam, estamos convictos de que Torres Novas reúne as condições, a energia e as pessoas necessárias para se afirmar como um pólo de dinamismo, inovação e qualidade de vida a nível regional.

As Grandes Opções do Plano para o período de 2026/2029 orientarão a ação política em torno de quatro grandes princípios orientadores:

- Reforçar a autarquia local como pilar da democracia, aprofundando e revitalizando a participação democrática ao nível local e assumindo as autarquias como agentes ativos na democratização da sociedade e da economia;
- Consolidar a autarquia local como entidade responsável, promovendo um poder local aberto, credível e confiável, assente em práticas éticas de transparência, equidade e sustentabilidade;
- Valorizar a autarquia local como fator de coesão e desenvolvimento local, assegurando respostas eficazes e próximas num contexto cada vez mais interligado e complexo;
- Assumir a autarquia local como parceira da mudança e voz do Município, reforçando o seu papel na promoção da inovação social, cultural, económica e ambiental, bem como na defesa da inclusão e da diversidade territorial nas políticas públicas.

A nossa ambição vai além da gestão do presente: pretendemos construir o futuro.

As Grandes Opções do Plano para o período 2026/2029 traduzem uma visão coletiva e determinada de edificar um concelho de Torres Novas mais moderno, mais justo e mais sustentável, onde todos possam encontrar oportunidades e prosperar. Trata-se de um compromisso com a mudança, sustentado em cinco objetivos estratégicos que orientarão a nossa ação e definirão o caminho para o desenvolvimento que a comunidade torrejana merece.

Para dar corpo a esta visão, apresentamos um plano de ação consistente e centrado no bem-estar de todos os munícipes, com medidas estruturadas nas seguintes áreas prioritárias:

- 1- Ordenamento do Território, Ambiente, Urbanismo, Obras Públicas, Mobilidade, Economia e Sustentabilidade.
- 2- Saúde e Bem-Estar, Desenvolvimento Social e Habitação.
- 3- Educação.
- 4- Cultura, Associativismo, Desporto, Juventude e Turismo.
- 5- Modernização Administrativa e Digital, Cooperação Intramunicipal e Intermunicipal.

As Grandes Opções do Plano para o período 2026/2029 assentam numa atuação clara, estratégica e coerente com os princípios da proximidade, inovação, transparência, inclusão, justiça social e sustentabilidade.

O Orçamento Municipal para 2026 apresenta-se, em termos globais, no montante de 57 072 226€. A Despesa Corrente assume um peso predominante, no valor de 34 143 849 €, correspondendo a cerca de 60% do total da despesa orçamentada. Este montante traduz o esforço necessário para assegurar o regular funcionamento dos serviços municipais, a manutenção dos equipamentos e infraestruturas e a continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais à população.

A Despesa de Capital, que corresponde a 37% do orçamento, que se traduz em 21 331 742 €, assinalando uma aposta significativa no investimento municipal, orientado para a valorização do território, a modernização das infraestruturas e a promoção do desenvolvimento económico e social do concelho, de forma compatível com a capacidade financeira do Município. Destaca-se o investimento na habitação com cerca de 6 142 000 €, na educação com cerca 3 650 000 € afetos à obra Centro Escolar de Santa Maria ao término da obra do ginásio Municipal de Riachos. Faz-se ainda referência a cerca de 1 530 000 € afetos à pavimentação na cidade e concelho, 1 400 000€ à Requalificação do Largo do Virgínia, 670 000 € para a Reabilitação do Quarteirão Cultural e cerca de 500 000 € para investimento na Zona Industrial de Riachos.

A Despesa de Capital, que representa cerca de 37% do orçamento, no montante de 21 331 742 €, evidencia uma aposta significativa no investimento municipal. Este investimento está orientado para a valorização do território, a modernização das infraestruturas e a promoção do desenvolvimento económico e social do concelho, de forma compatível com a capacidade financeira do Município. Destacam-se, neste âmbito, 6 142 000 € destinados à área da habitação, 3 650 000 € afetos à educação, designadamente à obra do Centro Escolar de Santa Maria, bem como à conclusão da obra do Ginásio Municipal de Riachos. Acrescem ainda 1 530 000 € para intervenções de pavimentação na cidade e no concelho, 1 400 000 € para a Requalificação do Largo da Virgínia, 670 000 € para a Reabilitação do Quarteirão Cultural e cerca de 500 000 € destinados ao investimento na Zona Industrial de Riachos.

Por sua vez, a Despesa Não Efetiva, com um peso de cerca de 3%, no montante de 1 596 635 €, corresponde às amortizações de empréstimos, refletindo o cumprimento rigoroso dos compromissos financeiros assumidos e a preocupação permanente com a estabilidade e o equilíbrio financeiro do Município.”

O Sr. Vereador António de Abreu apresentou a seguinte declaração de voto:

“Os Vereadores do Partido Social Democrata, eleitos pela coligação AD - Tempo de Avançar, analisaram o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2026, e entendem que os documentos apresentados revelam uma falta de coerência entre a narrativa política que os sustenta e a expressão financeira constante nos mapas orçamentais, comprometendo a credibilidade do planeamento e a efetiva capacidade de execução das políticas anunciadas.

O discurso enquadrador do orçamento assenta numa visão ambiciosa de desenvolvimento sustentável, modernização administrativa, coesão social e valorização do território. Contudo, essa ambição não encontra tradução consistente nos números apresentados nos documentos previsionais, persistindo uma estrutura orçamental excessivamente rígida, fortemente condicionada pelo peso da despesa corrente, o que limita a capacidade de investimento estruturante e de resposta aos desafios futuros do concelho. Realçar que o Peso dos Encargos com pessoal supera os 50%, sendo que os custos com a estrutura municipal onde se inclui os consumos de água, energéticos dos edifícios municipais, entre outros, atinge um valor de 58% sobre as despesas correntes.

Importa ainda referir que os documentos previsionais devem refletir um planeamento para cada exercício orçamental das atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, situação que, depois de análise detalhada, não encontra respaldo nos termos do art. 28 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Art.28 e 29.

Do ponto de vista da boa gestão autárquica, importa sublinhar que os principais rácios financeiros de referência na administração local, mesmo com um aumento da receita corrente face a 2025, por via dos impostos diretos (+12,71%) e das transferências correntes (2,88%) e das vendas de bens e serviços correntes (7,45%), evidenciam fragilidades relevantes, nomeadamente:

- Um elevado rácio de despesa corrente face à receita corrente, que reduz a poupança corrente disponível (91%);
- Uma poupança corrente insuficiente para suportar, de forma sustentável, o volume de investimento anunciado;
- Um peso relativo do investimento aquém do desejável, face às prioridades estratégicas proclamadas;
- Uma dependência significativa de transferências e fundos comunitários, sem demonstração clara da maturidade dos projetos e da capacidade efetiva de execução, demonstrada pelos sucessivos adiamentos de execução das empreitadas e alguns cancelamentos: de realçar o desaparecimento da requalificação da zona das Chãs, zona do Babalhau, mestre António, António Vassalo, Depósito das águas, entre outras - Obj. 1 P1 2022/10 6.

Neste contexto, os Vereadores do PSD alertam para o risco real de perda de fundos europeus, decorrente de eventuais atrasos na execução, insuficiente capacidade de cofinanciamento

municipal e fragilidades na gestão técnica e financeira dos projetos. Existe, como é do conhecimento de todos, uma especial preocupação com a alteração ao projeto da Escola Artur Gonçalves que, à data, vai ter um custo adicional com o projeto de 120.000€ e que não pode ficar para trás - pela 3ª vez.

A reduzida margem orçamental e a pressão da despesa corrente colocam em causa o cumprimento rigoroso dos prazos, metas e indicadores exigidos pelos programas comunitários, podendo resultar em correções financeiras e na devolução de verbas.

Sem prejuízo do voto contra, os Vereadores do PSD da coligação AD - Tempo de Avançar reafirmam uma postura de oposição responsável, exigente e construtiva. Estaremos cá para acompanhar de forma permanente a evolução do orçamento e as alterações que venham a ser anunciadas, nomeadamente no que respeita às prioridades de intervenção:

- Nos Edifícios dos Centros Escolares e Escolas Secundárias;
- Nos Equipamentos Desportivos;
- No apoio ao movimento associativo, enquanto pilar fundamental da coesão social e territorial;
- Na aposta efetiva no planeamento estratégico, enquanto instrumento orientador da ação municipal;
- Na melhoria da eficiência e eficácia dos serviços municipais;
- Na implantação e consolidação das normas de qualidade, de gestão e ambientais;
- Na atração de investimento, condição essencial para o crescimento económico, a criação de emprego e a fixação de população.

Tudo isto deverá ser feito garantindo não apenas o cumprimento, mas a melhoria efetiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assegurando que estes não se limitam a uma referência formal nos documentos estratégicos, mas se traduzem em políticas públicas mensuráveis, executáveis e com impacto real na qualidade de vida dos munícipes.

Sr. Presidente, da parte da oposição, entendemos que não basta elencar objetivos no relatório das GOP, apresentando um conjunto de ideias, algumas, reconhecemos, com mérito, que, no entanto, não encontram qualquer correspondência nos números apresentados.

Reitero: É necessário proceder às obras que há muito vêm sendo sucessivamente elencadas, apostar de forma efetiva na mudança e na modernização do concelho e, sobretudo, garantir maior celeridade nos processos, em particular na área do urbanismo. Contrariamente ao que é assumido, este é assumidamente um orçamento de continuidade e não de mudança, quando o que o concelho exige, de forma necessária e urgente, é precisamente o contrário.

Por estas razões, e no respeito pelos princípios da responsabilidade financeira, da transparência e do rigor na gestão dos dinheiros públicos, os Vereadores do PSD votam contra o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2026.” -----

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente, José Manuel Paulo Trincão Marques, declarou encerrada a reunião pelas dezassete horas e vinte minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que que, após aprovação, será assinada pelo Sr. Presidente e pela Assistente Técnica Vanda Frade, exercendo as funções de Secretária. -----

O Presidente da Câmara

A Secretária
